

Boletim Notícias do Seguro: Congresso, Seguro Rural e inovação que conecta IA e proteção

?? Mais de 4 mil proposições legislativas sobre seguros tramitam atualmente no Congresso Nacional. O Boletim Notícias do Seguro mostra como a Agenda Institucional do Mercado Segurador organiza essas prioridades para transformar projetos em políticas públicas que ampliem a proteção de pessoas, famílias, empresas e o desenvolvimento do país. O episódio também destaca a importância do alinhamento entre setor, Executivo e Legislativo em um cenário de incertezas e desafios estruturais.

? Ainda nesta edição, confira detalhes da proposta que aprimora o Seguro Rural. O projeto já está pronto para votação no plenário da Câmara. Em pauta, medidas que podem fortalecer a proteção no campo, reduzir riscos para produtores e ampliar a resiliência do agronegócio diante de eventos climáticos extremos.

?? E o que “traição entre frutas” tem a ver com o setor de seguros? A resposta passa por inovação e inteligência artificial.

? Dê o play para entender essa relação, bem como acompanhar as principais notícias e tendências do mercado segurador.

YouTube - Spotify

<https://www.youtube.com/watch?v=5IXRbwe5UOs>

<https://open.spotify.com/episode/5Ghe99jkLq2V40Stsqk1bZ?>

Guerra no Oriente Médio pressiona custos do Agro e pode encarecer o Seguro Rural no Brasil

- A escalada recente de tensões no Oriente Médio já começa a produzir efeitos concretos sobre a economia global - e o campo brasileiro está entre os mais sensíveis a esse movimento.
- O aumento nos custos de fertilizantes e combustíveis eleva o investimento necessário para produzir, o que impacta diretamente o valor segurado das lavouras e tende a pressionar os prêmios do seguro rural na safra 2026/27.

Alta de insumos pressiona custo por hectare

O Brasil depende fortemente de insumos importados, especialmente fertilizantes nitrogenados, cuja produção global está associada ao gás natural — com destaque para países do Oriente Médio. Em cenários de instabilidade geopolítica, esse encadeamento tende a sofrer impactos.

- O Brasil importa cerca de **85% dos fertilizantes que consome**, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- Fertilizantes como a ureia são essenciais para culturas como soja, milho e trigo
- O diesel, fundamental para transporte e operação agrícola, também sofre pressão em momentos de alta do petróleo

Levantamentos setoriais e análises de mercado indicam que aumentos nesses insumos podem elevar o custo de produção por hectare, especialmente em regiões com agricultura intensiva, como Mato Grosso e Paraná.

Como consequência, cresce o **valor total investido na lavoura**, base para o cálculo do seguro

rural.

Seguro Rural: como o aumento de custos afeta os prêmios

O seguro rural protege o produtor contra perdas causadas por eventos climáticos, como seca, geadas e vendavais. O valor do prêmio pago está diretamente ligado ao **valor segurado**, que inclui:

- sementes
- fertilizantes
- defensivos
- mão de obra
- custos operacionais

Quando esses componentes ficam mais caros, o seguro acompanha essa elevação.

Segundo a Federação Nacional de Seguros Gerais, o cenário internacional mais volátil tende a reforçar a importância do seguro rural como instrumento de proteção, ao mesmo tempo em que aumenta a pressão sobre os custos da atividade agrícola.

Logística global e energia ampliam o impacto

Além dos insumos, a logística global também entra na equação.

O Estreito de Ormuz é uma das principais rotas de escoamento de petróleo do mundo. Qualquer restrição na região pode:

- elevar o custo do frete marítimo
- atrasar entregas de insumos
- aumentar a volatilidade dos preços

Para o produtor, isso pode significar:

- atraso no plantio
- necessidade de ajuste de área cultivada
- maior exposição a riscos climáticos

Esse conjunto de fatores influencia diretamente os modelos de precificação do seguro.

Baixa cobertura ainda é desafio estrutural

Apesar da relevância, o seguro rural ainda tem baixa penetração no Brasil.

- Apenas cerca de **8% da área plantada** está segurada
- Em países como os Estados Unidos, esse índice supera **90%**

De acordo com a Confederação Nacional das Seguradoras, o desenvolvimento do seguro rural no país depende de estabilidade regulatória e, principalmente, da ampliação de políticas públicas de apoio.

Crédito agrícola e subvenção entram no radar

O seguro rural é, em muitos casos, requisito para acesso ao crédito agrícola.

- Programas como o Plano ABC+ vinculam financiamento à contratação de seguro
- O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) ajuda a reduzir o custo para o produtor

No entanto, o orçamento disponível ainda é limitado frente à demanda.

Sem ampliação da subvenção, o aumento dos custos pode restringir o acesso ao seguro — especialmente para pequenos e médios produtores.

Perspectivas: inovação e adaptação do setor

Diante do cenário, o mercado segurador começa a testar alternativas para ampliar o acesso:

- microsseguros rurais
- modelos modulares de cobertura
- embedded insurance (seguros integrados a plataformas digitais do agro)

A Confederação Nacional das Seguradoras projeta crescimento do setor segurador em 2026, mas o desempenho do seguro rural seguirá diretamente ligado à evolução do cenário internacional e às políticas de incentivo no Brasil.

Leia ainda

- [Como o Seguro Rural pode transformar o agro diante da crise climática](#)
- [Setor de seguros é chave para reduzir perdas climáticas e fortalecer a bioeconomia](#)
- [Seguro Rural recua 8,8% em 2025 e acende alerta sobre proteção financeira do agro](#)
- [CNseg lança solução de conformidade socioambiental para o seguro rural](#)

Nova lei de seguros: o que mudou de verdade nas regras e nos produtos em 2026

- O mercado de seguros no Brasil entrou em uma nova fase - e essa mudança já está acontecendo na prática.
- Desde 11 de dezembro de 2025, com a entrada em vigor da Lei nº 15.040/2024, conhecida como Lei do Contrato de Seguro, o setor passou a operar com regras mais claras, modernas e organizadas.
- A nova legislação consolida regras que antes estavam dispersas no Código Civil e em regulações antigas, incorporando princípios como boa-fé, transparência e eficiência.
- Somada ao plano regulatório da Superintendência de Seguros Privados para 2026, essa transformação cria um ambiente mais previsível, estimula investimentos e abre espaço para produtos mais alinhados às necessidades reais de pessoas e empresas.

Regras básicas unificadas: mais clareza na contratação

Uma das principais mudanças está na organização das regras.

Agora, contratação, vigência e encerramento dos contratos seguem um modelo mais estruturado, com foco em clareza para seguradoras, segurados e corretores.

Na prática:

- seguradoras têm **prazo fixo de 25 dias** para analisar uma proposta
- se não houver resposta nesse período, o contrato é **considerado automaticamente aceito**
- há maior organização dos prazos para questionamentos e prescrições

Esse modelo vale para diferentes tipos de seguro, como automóvel, vida e residencial.

Além disso, entidades do setor, como a Confederação Nacional das Seguradoras, já disponibilizam materiais práticos gratuitos para apoiar a adaptação às novas regras, como o guia explicativo sobre a Lei nº 15.040/2024 e conteúdos voltados à orientação do consumidor. A iniciativa inclui também webinars, publicações e séries explicativas, reforçando o compromisso coletivo com um mercado mais transparente e acessível:

- [Guia sobre a nova Lei de Seguros \(CNseg\)](#)
- [CNseg lança guia de orientação ao consumidor sobre a nova lei](#)
- [Websérie explica os principais pontos da nova Lei de Seguros](#)
- [Guia da CNseg orienta consumidores sobre as mudanças na lei](#)

Contratos mais fáceis de entender (e menos “segurês”)

Outra mudança relevante está na forma como os contratos são apresentados.

Agora, toda apólice deve trazer **informações essenciais de forma clara e destacada**, com:

- coberturas
- exclusões
- riscos principais
- prazos

Tudo em linguagem simples, sem jargões.

Além disso:

- termos técnicos devem ser explicados de forma acessível
- em caso de dúvida, a interpretação favorece o segurado
- questionários de risco ganham mais importância e precisam ser claros desde o início

Isso traz um efeito direto: menos conflito e mais confiança.

Também há impacto no momento do sinistro:

- pagamento da indenização em até **30 dias após confirmação da cobertura**
- processos com **menos solicitações repetidas de documentos**
- prazos mais previsíveis após a entrega da documentação

Resultado: mais agilidade e segurança para o cliente.

Processos mais rápidos (inclusive nos bastidores)

Nem tudo aparece para o consumidor, mas impacta diretamente a experiência.

As seguradoras estão ajustando suas operações para atender às novas exigências, como:

- necessidade de **aprovação prévia da SUSEP** para transferência de carteiras
- maior transparência na comunicação com segurados

Essas mudanças melhoram a eficiência interna, especialmente em:

- gestão de riscos
- regulação de sinistros
- governança

O plano regulatório da SUSEP para 2026 reforça esse movimento, com foco em:

- revisão de normas antigas
- fortalecimento da governança
- prevenção a fraudes

O efeito é direto: serviços mais rápidos, consistentes e confiáveis.

Novos produtos e inovação ganham espaço

Com regras mais claras, o mercado começa a avançar também em inovação.

Entre os principais movimentos:

- desenvolvimento de produtos como:
 - seguro catástrofe (enchentes e desastres naturais)
 - seguro de vida universal (mais flexível)
- testes no **sandbox regulatório da SUSEP**, permitindo inovação controlada

A tecnologia também acelera essa transformação:

- IoT permite seguros por uso (ex.: carro por quilômetro rodado)
- blockchain melhora processos digitais
- tecnologias já **reduzem significativamente o tempo de análise de sinistros**, segundo tendências do setor

Outro ponto importante:

- a **proteção veicular mutualista**, usada por mais de 20 milhões de veículos, ganhou regras claras com a Lei Complementar 213/2025
- agora, o modelo está sob supervisão da SUSEP, com mais segurança e controle

Resultado: produtos mais acessíveis, personalizados e conectados ao dia a dia.

Metade de 2026: o que já está acontecendo

Já estamos em meados de abril de 2026, quase na metade do ano, e o plano regulatório da SUSEP avança com grande parte das metas voltadas à atualização de normas — incluindo seguros rurais, obrigatórios e outros segmentos estratégicos.

Também seguem como prioridade:

- open insurance
- sandbox regulatório
- proteção mutualista

As entregas são organizadas por níveis de prioridade e acompanhadas publicamente.

No cenário econômico:

- a CNseg projeta crescimento de **8% para o mercado em 2026**, acima do PIB
- seguros de vida cresceram **12% em 2025**
- há expansão em regiões como Norte e Nordeste

E novas tendências ganham força:

- microsseguros
- embedded insurance (seguro integrado à compra)
- uso de IA para atendimento preditivo

Na prática, isso significa um setor mais eficiente, acessível e alinhado a padrões globais.

O que isso muda para você

No fim das contas, todas essas mudanças convergem para um ponto simples:

- contratos mais claros
- processos mais rápidos
- produtos mais próximos da realidade do cliente
- mais segurança nas relações

O seguro deixa de ser apenas um instrumento técnico e passa a ser, cada vez mais, uma solução integrada ao cotidiano.

Leia ainda

- [**Open Insurance: o que é e como funciona no Brasil**](#)
- [**Nova Lei de Seguros: entenda os impactos para o consumidor**](#)
- [**Seguro de vida cresce e amplia proteção financeira no país**](#)
- [**Susep e inovação: como funciona o sandbox regulatório**](#)

Fonte: CNseg, em 15.04.2026